



Vamos buscar
juntos um
Brasil melhor?

Nove governadores deixam rombo de R\$ 71 bilhões para sucessores

Não deixar dinheiro em caixa suficiente para bancar despesas é prática vedada pela Lei de Responsabilidade Fiscal e crime no Código Penal; GO, MT, MG, RJ, RS, SE, PE, TO e DF têm folhas de pagamento em atraso e negociam ajuda

Idiana Tomazelli e Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo
26 Fevereiro 2019 | 04h00

BRASÍLIA - Nove governadores encerraram seus mandatos em 2018 com um **rombo de R\$ 71 bilhões** para os sucessores, segundo dados declarados pelos próprios Estados ao [portal_estadao_abalateral&utm_mediu...](https://www.estadao.com.br/brasil/nove-governadores-deixam-rombo-de-r-71-bilhoes-para-os-sucessores-2019-02-26/)

Nove governadores deixam rombo de R\$ 71 bilhões para sucessores

Não deixar dinheiro em caixa suficiente para pagar dívidas no Código Penal; GO, MT, MG, MS, PA, RJ, SP, TO

Idiana Tomazelli e Adriana Fernandes
26 Fevereiro 2019 | 04h00

BRASÍLIA - Nove governadores e prefeitos deixam um rombo de **R\$ 71 bilhões** para os sucessores, segundo levantamento do Ministério da Economia. O levantamento foi publicado no portal do Estadão Abalateral.

≡ EXAME

Nextel Bolsonaro Holanda Nova Zelândia Rev

ECONOMIA

Estados fazem pressão por socorro federal

A sede do Ministério da Economia recebeu ontem uma romaria de governadores pedindo ajuda da União para equilibrar suas contas

Por Idiana Tomazelli e Adriana Fernandes, do Estadão Conteúdo
© 17 jan 2019, 07h28

Nove governadores pedem R\$ 71 bilhões para não deixar dinheiro em circulação no Código Penal; GO, MT

Não deixar dinheiro em circulação no Código Penal; GO, MT

Por Idiana Tomazelli e Adriana Fernandes
26 Fevereiro 2019 | 04h00

BRASÍLIA - Nove governadores pedem **R\$ 71 bilhões** para os sucessores, [_source=portal_estadao_abalateral&utm_mediu...](#)

Seis Estados brasileiros declararam situação de calamidade financeira

Rio de Janeiro, Roraima, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso declararam estado de calamidade pública financeira

ECONOMIA

Estados fazem pressão por socorro federal

A sede do Ministério da Economia recebeu ontem uma romaria de governadores pedindo ajuda da União para equilibrar suas contas

Por Idiana Tomazelli e Adriana Fernandes, do Estadão Conteúdo
© 17 jan 2019, 07h28

DESAFIOS



21/01/2019 às 05h00 10

Seis Estados à beira do colapso somam rombo superior a R\$ 74 bi

Por Marta Watanabe e Rodrigo Carro | De São Paulo e do Rio



Os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso iniciam 2019 com um rombo conjunto de R\$ 74,1 bilhões. O valor soma os déficits projetados para 2019 às despesas herdadas de gestões anteriores.

Dos seis Estados, todos, com exceção de



Por Idiana Tomazelli e Adriana Fernandes, do Estadão Conteúdo
© 17 jan 2019, 07h28

CARNAVAL 2019 MEU ESTILO BLOGS RECORD T

brasileiros declararam calamidade financeira

Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Minas Gerais
estado de calamidade pública financeira

pressão por socorro

ria recebeu ontem uma romaria de governadores

pedindo ajuda da União para equilibrar suas contas



DESAFIOS



21/01/2019 às 05h00 10

Seis Estados à beira do colapso somam rombo superior a R\$ 74 bi

Por Marta Watanabe e Rodrigo Carro | De São Paulo e do Rio



Os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso iniciam 2019 com um rombo conjunto de R\$ 74,1 bilhões. O valor soma os déficits projetados para 2019 às despesas herdadas de gestões anteriores.

Dos seis Estados, todos, com exceção de



Por Idiana Tomazelli e Adriana Fernandes, do Estadão Conteúdo
© 17 jan 2019, 07h28

CARNAVAL 2019 MEU ESTILO BLOGS RECORD T

brasileiros declararam calamidade financeira

Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Minas Gerais
estado de calamidade pública financeira

pressão por socorro

ria recebeu ontem uma romaria de governadores

pedindo ajuda da União para equilibrar suas contas



CRIAÇÃO DO PROGRAMA JUNTOS EM 2013

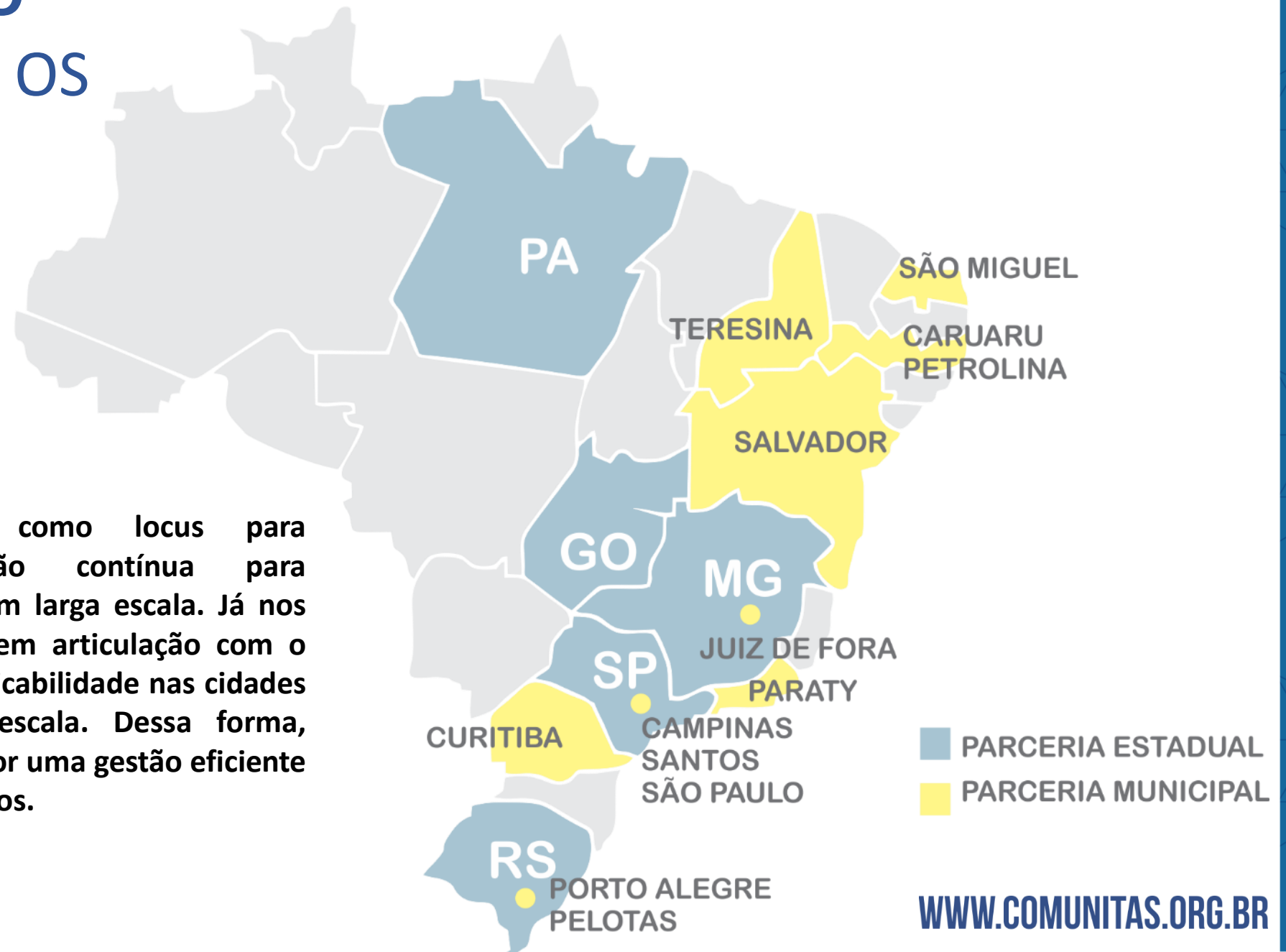
O que todos os cidadãos brasileiros têm em comum? O sonho de um país social e economicamente desenvolvido. Mas como tornar esse anseio uma realidade?

Dessa aspiração surgiu o Programa Juntos, com a proposta de uma governança compartilhada que visa unir a sociedade civil em busca de um único propósito: uma gestão pública mais eficiente.

O Juntos é composto por lideranças públicas e privadas, e estimula a participação da sociedade civil na construção colaborativa de soluções para melhoria dos serviços públicos ofertados aos cidadãos.

AMPLIAÇÃO DO IMPACTO PARA OS ESTADOS

As cidades permanecem como locus para experimentação e reflexão contínua para aprimoramento de políticas em larga escala. Já nos Estados as ações terão foco em articulação com o Governo Federal, além de replicabilidade nas cidades buscando mais impacto e escala. Dessa forma, completa-se o ciclo na busca por uma gestão eficiente e serviços melhores aos cidadãos.



ONDE QUEREMOS CHEGAR

GOVERNO 1.0

Loteamento das secretarias por partidos

Alto investimento em comunicação e *marketing*

Governabilidade baseada em concessões políticas

Desequilíbrio fiscal

Alto endividamento

GOVERNO 2.0

Eficiência da gestão

Reestruturação das secretarias

Gestão e equilíbrio fiscal

Planejamento de carreiras

Administração por metas

GOVERNO 3.0

Foco em qualidade de serviço público

Pesquisa institucional de satisfação do cidadão

Proximidade com a população e sociedade civil

Fortalecimento dos conselhos municipais

Gestão baseada em serviços

GOVERNO 4.0

Serviços públicos inovadores cocriados e centrados no cidadão

Open Innovation

Democracia direta

Green Houses de inovação

Transparência e Governo aberto

Gestão baseada em rede

Todas as ações do Programa Juntos são desenvolvidas com o objetivo de contribuir para que os gestores municipais sejam peças-chave na construção de uma administração pública transparente e aberta ao diálogo com a sociedade, capaz de responder às demandas por políticas sociais com eficiência, qualidade e responsabilidade fiscal.

CONTRAPARTIDA DOS GOVERNOS

GOVERNANÇA COMPARTILHADA

TRANSPARÊNCIA

SUSTENTABILIDADE

INSTITUCIONALIZAÇÃO

REPLICABILIDADE

DISSEMINAÇÃO DOS
RESULTADOS NAS CIDADES

ATUAÇÃO DA COMUNITAS NOS ESTADOS



**COALIZÃO PELO
AJUSTE FISCAL**



**REFORMA
DO ESTADO**



**DESENVOLVIMENTO
CAPACIDADE INSTITUCIONAL**



**DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO**



**AÇÕES DE
INOVAÇÃO**



**REPLICABILIDADE
PARA CIDADES**



ONDE JÁ CHEGAMOS: COALIZÃO PELO AJUSTE

EXAME

Nextel Bolsonaro Holanda No

BRASIL

Secretário da Previdência recebe proposta de governadores para reforma

31/01/2019 às 05h00

Julgamento do STF sobre a LRF deve facilitar ajuste dos Estados

Por Marta Watanabe | De São Paulo



Governadores debatem reforma da Previdência com ministro da Economia

Com apoio da Comunitas, governadores definem prioridades para avanço da reforma da previdência

A Comunitas reuniu os governadores de SP, RS, do PA, GO, e MG, junto com o Governo Federal, para discutir perspectivas de ajuste fiscal e estratégias para avanço da reforma da previdência.

“Gastamos com a previdência mais de 14% do PIB brasileiro”. Esse foi um dos dados impactantes divulgados durante o **Encontro Rede Juntos Estados**, realizado hoje (30) pela Comunitas. A reunião serviu para consolidar e fortalecer um bloco formado por diversos governadores brasileiros em prol do ajuste fiscal, com ênfase na construção de uma proposta para a reforma da previdência – pauta considerada urgente pelos governos.



ONEWS

Vídeos | Programação | Interatividade | Aplicativos | Grupo Globo

10

Governadores pedem aplicação automática da reforma da Previdência

MAIS INFORMAÇÕES | [Twitter](#)

ONDE JÁ CHEGAMOS: REFORMA EM MG

DIÁRIO DO COMÉRCIO

Minas é o nosso negócio

DC ▾ ECONOMIA ▾ GESTÃO ▾ NEGÓCIOS ▾ POLÍTICA ▾ OPINIÃO ▾ INOVAÇÃO ▾



Início > Economia > Zema prevê economia de R\$1bi com a reforma administrativa

ECONOMIA

ZEMA PREVÊ ECONOMIA DE R\$1BI COM A REFORMA ADMINISTRATIVA

Por **Mara Bianchetti** - 6 de fevereiro de 2019 173 0

Curtir 9

DÚVIDAS SOBRE CAUC

SOU A IARA, UM BOT
DA COMUNITAS

REDE
JUNTOS
plataforma digital



CRIADA PARA SER UMA
ESPECIALISTA EM **CAUC**

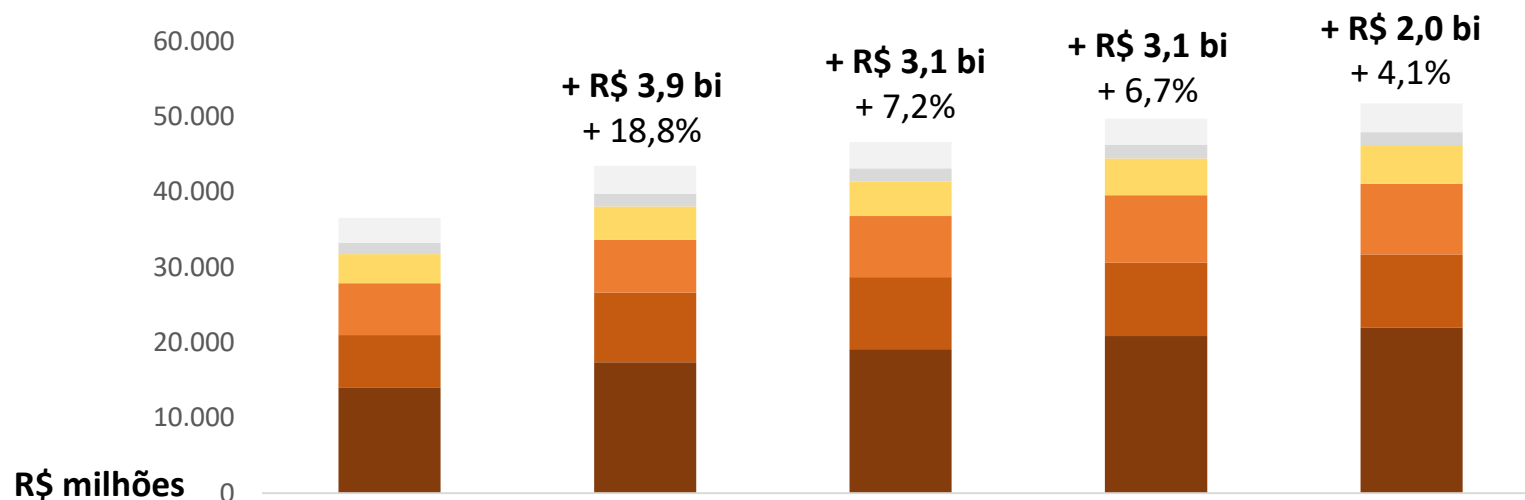


WWW.REDEJUNTOS.ORG.BR

MINAS GERAIS

Evolução das despesas com pessoal por função

As despesas com previdência foram as que mais cresceram ao longo dos últimos 4 anos, comprimindo o orçamento e reduzindo o espaço de outras despesas essenciais.



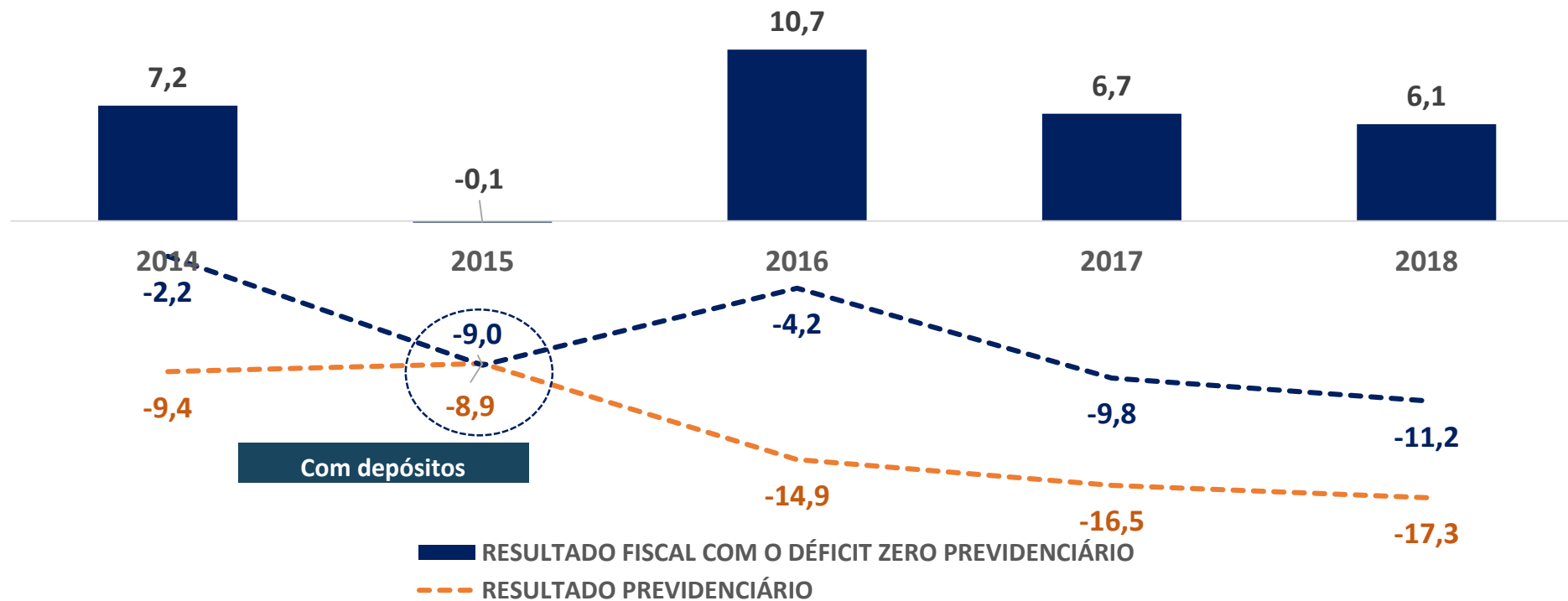
	2014	2015	2016	2017	2018	Var. 2014-2018 (p.p.)
Previdencia	38,2%	40,0%	41,0%	41,9%	42,5%	4,3%
Segurança Pública	19,2%	21,3%	20,5%	19,6%	18,7%	-0,5%
Educação	18,8%	16,2%	17,4%	18,1%	18,2%	-0,6%
Judiciária e Essencial à Justiça	10,6%	10,2%	9,8%	9,8%	9,9%	-0,6%
Saúde	4,1%	3,8%	3,7%	3,5%	3,3%	-0,8%
Outros	9,1%	8,5%	7,5%	7,1%	7,4%	-1,7%

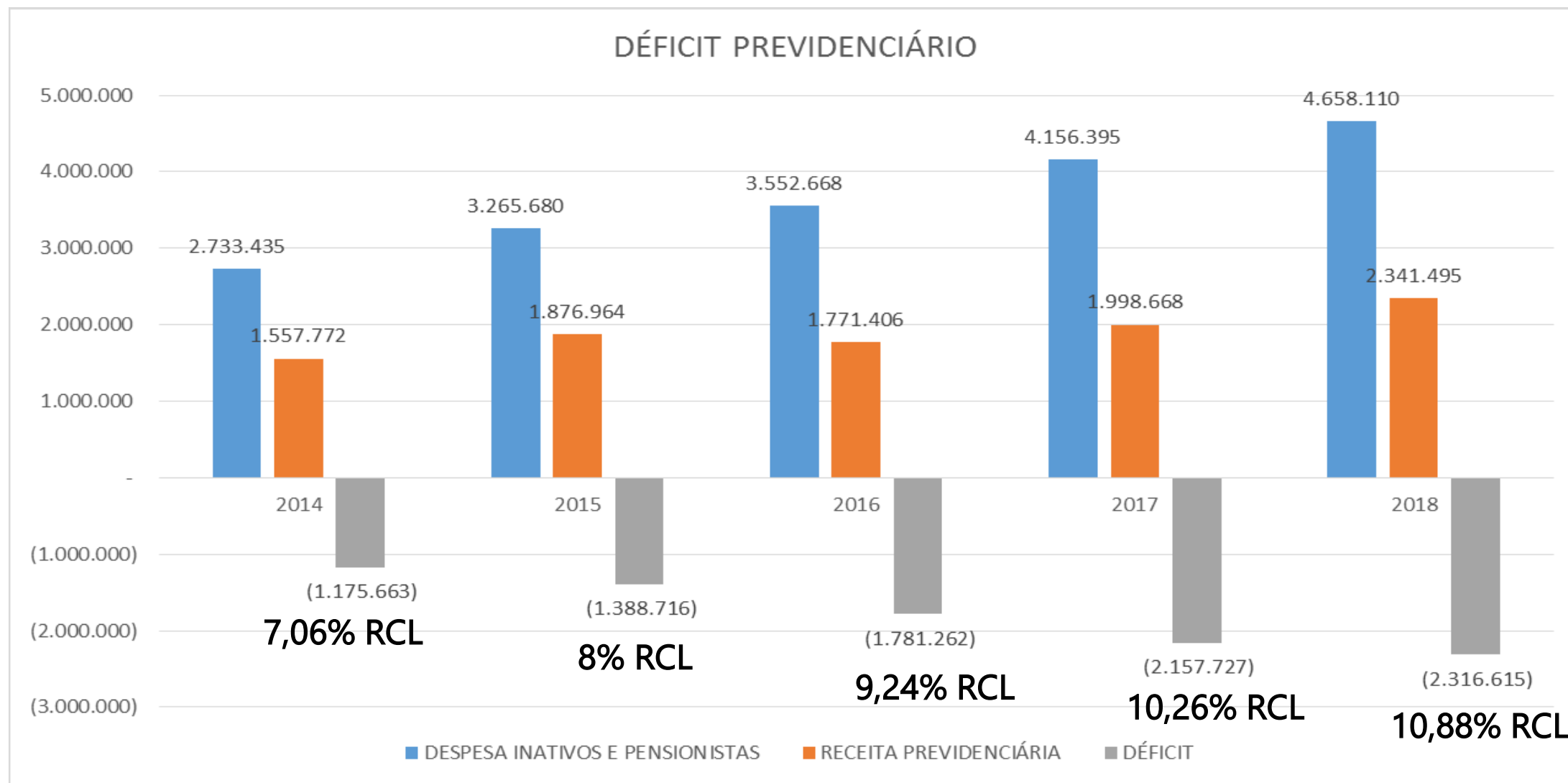
MINAS GERAIS

Resultado fiscal x Resultado previdenciário

O déficit da previdência é um dos principais responsáveis pela atual situação de insustentabilidade fiscal por qual passa o Estado de Minas Gerais. Sem o déficit previdenciário o Estado seria superavitário em R\$ 6,1 bi.

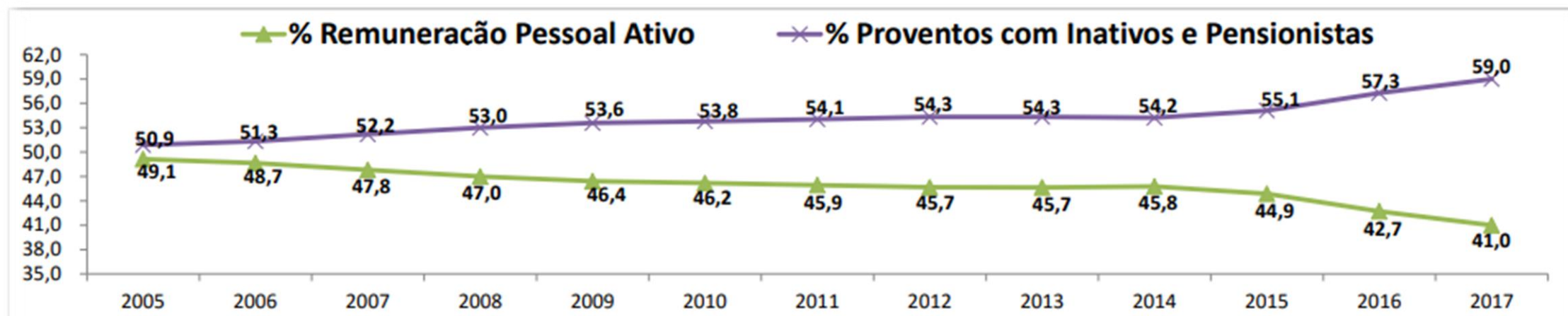
Evolução Resultado Fiscal vs. Resultado Previdenciário









RIO GRANDE DO SUL

Folha de pagamento



Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Força de Trabalho Em números

-  Homens: **49.108**
-  Mulheres: **83.753**
-  % de Nível Superior: **67%**
-  Média de Idade:
 - Até 35 anos: **23%**
 - 36 a 45 anos: **29%**
 - 46 anos ou mais: **49%**

Vínculos ativos
132.861 mil

163.728 mil
Vínculos Inativos

44.958 mil

Pensionistas

NOVA PREVIDÊNCIA

- O processo de envelhecimento populacional do Brasil está ocorrendo de forma extremamente acelerada. A incidência de idosos na população passará de 10% para 30% em apenas 48 anos, o que nos coloca como a 9ª transição mais rápida, dentre os 100 países mais populosos do globo.
- Além do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) – que atende os trabalhadores da esfera privada - todos os Estados, o Distrito Federal e 2.101 municípios, incluindo todas as capitais dos Estados, têm regimes próprios de previdência social para seus servidores.

SITUAÇÃO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

- Os RPPS's mais antigos, especialmente dos Estados e capitais, têm um enorme passivo referente ao período em que não havia nenhuma capitalização.
- O déficit atuarial dos Estados, de acordo com a última avaliação atuarial, de dezembro de 2016, está em R\$ 5,17 trilhões , isso corresponde, em média, a 9,6 vezes a Receita Corrente Líquida (RCL) de todos juntos.
- Nas capitais está em R\$ 447 bilhões, que equivalem a 3,4 a RCL. Trata-se de uma dívida contraída com os servidores, que é, sem dúvida, o maior desafio fiscal destas instituições durante as próximas duas décadas

NOVA PREVIDÊNCIA

- O atual governo elaborou nova proposta e encaminhou ao Congresso Nacional e o processo de tramitação está em fase inicial.
- Se aprovada em sua estrutura básica, governadores e prefeitos terão um conjunto de instrumentos que lhes permitirá implementar medidas poderosas de ajuste dos Regimes Próprios, fazendo com que a pressão fiscal desses regimes tenda a diminuir ao longo do tempo.
- Pontos importantes para os entes subnacionais:
 1. Todas as regras automáticas
 2. Tempo de transição dos professores
 3. Tempo de transição dos militares
 4. Distinção das carreiras dos militares federais e estaduais (PL)
 5. Estabelecer que pode ser criada alíquota suplementar, no limite de 8% com progressividade.
 6. Convergência de gênero

REGRAS AUTOMÁTICAS

- Todas as regras automáticas, mas com pontos de partida diferentes.
- O governo incluiu na reforma servidores estaduais e municipais, inclusive professores e policiais civis, mas governos terão seis meses para instituir regras próprias. Caso contrário, valem as regras federais.
- A reforma obriga os estados a criarem fundos de previdência complementar para novos servidores, a exemplo do que fez a União. Com isso, os funcionários terão o benefício limitado ao teto do INSS, podendo receber um complemento se quiserem aderir ao fundo.

TRANSIÇÃO NO SETOR PÚBLICO

- Os trabalhadores do setor público terão regras de transição, no mesmo sistema de pontos usado para o setor privado.
- A idade mínima para se beneficiar das regras são 56 anos para mulheres e 61 anos para os homens. Em 2022, essa idade sobe para 57 anos (mulheres) e 62 anos (homens).
- O tempo mínimo de contribuição exigido será de 35 anos para os homens e 30 anos para as mulheres, como no regime do setor privado. Mas, eles precisam estar há 20 anos no setor público e cinco anos no cargo.
- A remuneração tem diferenças também. Os servidores que ingressaram até 2003 têm direito a receber o último salário da carreira, o que é chamado de integralidade, e a ter o benefício reajustado toda vez que houver aumento para os funcionários na ativa, a chamada paridade.
- Mas esse benefício só será assegurado aos servidores que atingirem idade mínima de 65 anos para homem e 62 para mulher.

ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO

- A reforma da Previdência vai mexer nas alíquotas de contribuição dos trabalhadores e vai cobrar uma contribuição maior de quem tem os maiores salários. As alíquotas chegarão a 22% no caso dos servidores e 14% no caso do INSS.
- Mas, diferentemente do que ocorre pelas regras atuais, em que as alíquotas são nominais, ou seja, incidem sobre todo o salário, as novas alíquotas serão progressivas, incidindo por faixa do salário, num modelo igual ao do Imposto de Renda.
- Não haverá regra de transição para as novas alíquotas. Elas começam a valer 90 dias após a aprovação a reforma, se esse forma de cobrança for mantida no Congresso.

TRANSIÇÃO PARA OS PROFESSORES

- A reforma também atinge os professores. A idade mínima será de 60 anos para ambos os sexos e 30 anos de contribuição também para ambos os sexos, quando terminar o período de transição. Será mantida a aposentadoria especial, com cinco anos a menos em relação ao restante dos trabalhadores.
- Para os professores do setor público, será preciso também ter dez anos no funcionalismo e cinco anos no cargo para ter direito à aposentadoria. Na iniciativa privada, comprovar que trabalhou no período no ensino infantil, fundamental ou médio.

TRANSIÇÃO PARA OS POLICIAIS

- Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil e agentes penitenciários terão que cumprir idade mínima de 55 anos para se aposentarem. Hoje, só precisam comprovar tempo de contribuição.
- Precisarão também ter 25 anos de contribuição se for mulher e 30, se for homem. E também precisam comprovar 15 anos na função de policial se for mulher e 20 anos, para os homens. Esse tempo vai subir um ano a cada dois anos. Por exemplo, em 2021, será exigido 16 anos (mulher) e 21 anos (homem). Em Esse tempo na função aumentará para 20 anos se for mulher e 25 anos, se for homem. Até alcançar 20 anos para mulher e 25 anos para os homens.
- Para os agentes penitenciários é necessário, além dos 55 anos, ter 20 anos de exercício na função, seja homem ou mulher
- Quem entrou no serviço público até fevereiro de 2013 manterá o último salário da carreira.

PROVENTOS DOS SERVIDORES

- Hoje, servidores que ingressaram até 2003 tem direito à paridade (mesmo reajuste dos ativos) e integralidade (último salário da carreira).
- Pelo texto final, esses benefícios só serão assegurados se os servidores atingirem idade mínima de 65 anos (homem) e 62 anos (mulher) – quando as mudanças forem aprovadas no Congresso.
- O governo enviou à parte uma Medida Provisória que eleva de 11% para 14% a alíquota de contribuição dos funcionários públicos federais — que funciona como piso para os regimes próprios estaduais.



A COMUNITAS

WWW.COMUNITAS.ORG.BR



Comunitas

